

ARTIGO

Sobre filosofia e objetividade: a arte de perguntar e a necessidade de responder

George M. Fonte Lourenço

Universidade Federal de Juiz de Fora, Bacharel em Engenharia Civil

Disponível *on-line* em <http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/index.php>

RESUMO: Este trabalho aponta a importância do questionamento filosófico no avanço do conhecimento, salientando que, nas suas infinitas possibilidades, a filosofia abre questionamentos infindáveis. Uma breve citação de algumas linhas filosóficas sinaliza para a origem e os desdobramentos de termos usados cotidianamente em discussões sobre a validade e qualidade de argumentos e é usada para ilustrar a dificuldade, mas também a necessidade, de ser prático diante de tantos questionamentos que parecem apontar ausência de verdades inquestionáveis ou, no máximo, a existência de verdades transitórias. Não obstante, é apontado que, emergindo de tudo isso, deve surgir um caminho avaliado como o mais apropriado, evidenciando a importância das respostas como motores do mundo.

Palavras-chave: Objetividade, pragmatismo, relativismo, questionamento.

INTRODUÇÃO

A filosofia é por excelência uma descobridora de temas para investigação. Pode-se dizer que seus questionamentos foram ponto de partida para todas as ciências, todas as áreas de atuação do conhecimento humano moderno. No processo de desenvolvimento desses saberes, há desdobramentos das questões iniciais, bem como o surgimento de novas questões, suscitando novamente a reflexão filosófica. Sempre cabem as considerações sobre a licitude das práticas, sobre o que deve ser buscado ou evitado, sobre os direitos que não devem ser violados, sobre os deveres morais, sobre o balanço entre ganhos e danos colaterais que cada avanço propicia.

Mas o exercício de filosofar é como o escavar de um buraco sem fim, é como percorrer uma estrada que não acaba. Sempre se pode descer um pouco mais, ir um pouco mais adiante. Após começarem os questionamentos, descobre-se que tudo é relativo, toda afirmação pode ser posta em dúvida, todo valor ou conceito estabelecido pode ser abalado de acordo com o modo como se olha. Todo procedimento ou raciocínio estabelecido aparenta estar inconcluso, pois parecem emergir novas perguntas na forma de um “por que”, um “para que” ou um “e se”. E lá se foi a certeza absoluta e definitiva. Na sequência deste texto faremos breve menção de algumas posturas filosóficas para ilustrarmos essa questão.

Até para disciplinas práticas e exatas a dúvida pode incidir. “E se a lei da gravidade sofrer alguma alteração no futuro?” poderá perguntar um filósofo a um engenheiro, criando um cenário que destroçaria grande parte de suas práticas. “E se algumas doenças tiverem, de alguma forma, importante papel na evolução humana?” Poderia o filósofo confrontar o profissional pesquisador da saúde, deixando-o em dúvida sobre o pleno caráter benfazejo de sua prática que busca evitar doenças.

A possibilidade de se fazerem questionamentos como esses é logicamente defensável. Podem soar como absurdos, mas guardam no seu âmago a legitimidade. Mas, não obstante a realidade da existência desse infindável entrelaçamento de dúvidas, essas reflexões devem, no final, sugerir um caminho. De tudo que foi afirmado e confrontado, há que se tirar uma

conclusão, ainda que não a definitiva, mas aquela que no momento parece ser a melhor. Apenas questionar é trabalho incompleto.

METODOLOGIA APLICADA

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As respostas movem o mundo. A consideração da relatividade das coisas é importante. Há uma multiplicidade de pontos de vista e numa mesma questão concorrem diferentes valores que precisam ser sopesados. Opiniões antigas são frequentemente substituídas por outras novas e muito provavelmente as opiniões atuais mudarão no futuro. Mas esse caráter relativo e transitório do que nos parece ser a “verdade” não deve levar à imobilidade, nem mesmo tirar o elã das atuações humanas. Tal caráter justifica inteiramente a dinâmica da sucessão de questionamentos mencionada anteriormente, mas, se é verdade que as perguntas sugerem um início de movimento, são as respostas que conduzem o mundo. Se sua pergunta genial não encontra uma resposta à altura, são as respostas ruins que se estabelecerão como diretrizes. É impossível fugir das respostas.

Para agir, é necessário adotar uma resposta ao questionamento. O questionamento introduz a situação, a resposta direciona a ação. O questionamento introduz a ideia de que algo precisa ser pensado, que uma situação pede consideração e solução, mas só haverá real consequência à partir da elaboração de uma resposta. Podemos questionar um modelo vigente, inquirir sobre suas faltas e falhas, mas ele só será modificado se houver outro modelo para substituí-lo. Pode-se não ter uma certeza absoluta, pode-se supor que aquela resposta será substituída no futuro, mas é preciso ter uma convicção de que a resposta que se encontra é a mais valorosa para o momento. A relatividade não pode conduzir à inação. Em algum momento você tem que se dar por satisfeito com as respostas que obteve e fazer alguma coisa com elas. Aí entram a objetividade e a praticidade.

Uma decisão tem que ser tomada. Imaginemos uma pessoa numa jornada. Caminhando, ela chega a uma bifurcação da trilha. Em dúvida sobre que direção seguir, ela estaca e se põe a considerar suas opções: direita ou esquerda? Parece bem claro que, ainda que seja de forma sutil, seu processo de tomada de decisão consiste em formular interrogações sobre o que ela tem diante de si. Irá, de forma básica, perguntar-se se lhe é mais vantajoso seguir por um ou outro caminho. Não parece evidente que a retomada de seu movimento só se dará a partir de uma conclusão do processo de raciocínio por uma resposta? Direita; ou [...] esquerda!

Pode-se argumentar que tal exemplo seja deveras simplório e que nas questões da vida as opções são muito mais complexas, aumentando, portanto, grandemente, o peso das perguntas. Quais são meus objetivos? Conflitam com meus desejos? Há como percorrer os dois caminhos? Qual deles primeiro? Estou disposto a me cansar ou a me arriscar? E quem sabe não devo voltar por de onde vim?

De fato tal desenvolvimento do problema indica a diversidade de considerações necessárias às tomadas de decisão, evidenciando a importância de se fazerem as perguntas corretas, mas nossa proposição inicial permanece inalterada: só haverá ação quando surgirem as respostas. Sem estas, o nosso andarilho permanecerá imóvel no cruzamento.

Consideremos um exemplo de desenrolar mais complexo. Imaginemos que um organismo governamental está prestes a construir uma instalação pública, mas tem dúvida sobre o melhor emprego da verba disponível. Então surge a pergunta: deve-se construir um hospital ou uma escola? A partir disso, para a tomada de decisão, serão encaminhados estudos de demanda e viabilidade para as duas opções, o que poderia dar a impressão de que, neste caso, a pergunta teria iniciado o movimento. Mas, olhando mais acuradamente, percebemos que, de fato, foi outra resposta que se interpôs entre a pergunta inicial e o início da ação de pesquisar e estudar para embasar a tomada de decisão. A pergunta foi “o que devemos construir: um hospital ou uma escola?” A resposta foi algo como: “ainda não sabemos, temos que pesquisar para decidir”.

Portanto, no exemplo mais simples, assim como no exemplo mais elaborado citados acima, após a formulação do problema e o devido tempo de consideração das questões envolvidas ou de pesquisa, se necessária, chega o momento da tomada de decisão. É a hora de tornar útil todo o esforço intelectual exercido até ali e concretizar o aprendizado em escolhas, ações ou estratégias. O que antes eram dúvidas totalmente abertas viraram opções e agora assumirá a forma de diretrizes. Uma rota será traçada. Nesse processo, o que puder ser feito para se estabelecer as questões de forma clara, deve ser feito. A situação em análise deve ser bem definida, os objetivos também. Tanto melhor se for possível associar medições, índices, contagens, ordenação de itens, ordens de prioridade são estas medidas práticas que transformam o que começou com questionamento filosófico em algo utilizável, manipulável e, portanto, útil. É a hora de, mesmo sabendo da existência daquele vácuo filosófico onde todo estabelecido pode ser questionado, toda verdade pode ser relativizada, deve-se avançar e estabelecer a verdade momentânea. A verdade que se sabe provavelmente não ser absoluta nem definitiva, mas foi aquela que emergiu como melhor resultado de uma análise que foi feita.

No nosso exemplo do andarilho no cruzamento, não conseguindo se decidir sobre qual direção seguir, ele poderia optar por jogar uma moeda ou seguir a direção do vento. Nesse caso ele estaria respondendo com a aceitação do acaso. Poderia resolver seguir alguém que por ali passasse. Nesse caso estaria respondendo com a decisão de aceitar a decisão de terceiros. Ou poderia ficar lá estancado, até que alguém, notando sua situação inerte resolvesse conduzi-lo. Neste caso, haveria movimento sem que ele desse nenhuma resposta à pergunta sobre que direção seguir, mas novamente o movimento só ocorreu a partir da resposta que o outro formulou para a pergunta: “como devo proceder em relação a esta pessoa aqui parada?”

Portanto, a necessidade de movimento e o mundo que não para de girar geralmente não aceita o vazio de decisões. Sobre a questão que estiver sendo analisada, algo inevitavelmente será estabelecido. Se não for mediante o estudo realizado, estabelecer-se-á naturalmente ou por omissão. Considerando o problema prático da circulação de trânsito, se não for estabelecida uma velocidade limite para o tráfego na via, estará estabelecido que qualquer velocidade é permitida. E ainda que se possa duvidar que seja verdade inquestionável que a melhor velocidade para limite é a de 80 Km/h, alguma velocidade terá que ser a escolhida. Portanto, no final, trata-se de lançar uma pergunta inicial sobre a relação entre velocidade e segurança, mas logo em seguida tentar-se fazer o melhor possível com os dados objetivos que se possa levantar sobre essas questões e chegar a uma conclusão. Uma conclusão taxativa pode ser teoricamente impossível e injustificável dentro da epistemologia do relativismo, mas é necessária para um mundo prático.

Mas qual seria a importância destas considerações que podem ser tomadas como interessantes, mas também de certa forma óbvias? Entendemos que muitas vezes tais considerações passam despercebidas no exercício intelectual daquele que se põe a analisar o funcionamento de qualquer sistema, quando de fato elas devem constituir uma preocupação constante que deve nortear qualquer atividade analítica e planejadora, de qualquer ramo de atividade humana que pretenda produzir um resultado. Num resumo do que foi apresentado até agora, passando pelos exemplos, metáforas e definições dados ao longo desse texto, queremos aqui defender a seguinte sequência de raciocínio, em regressão:

1. a produção de resultados e a efetividade começam com o que se mencionou como tomada de ação e decisão de movimento;
2. a tomada de ação e a decisão de movimento estão profundamente atreladas à necessidade de objetividade;
3. a objetividade começa com a exigência de se focar na escolha das melhores respostas para as perguntas que surgiram pertinentes, para, em seguida, nos engajarmos na marcha para a concretização destas.

Em resumo, seria uma linha de raciocínio que liga do fim para o início:

EFETIVIDADE – OBJETIVIDADE – PLANO – RESPOSTAS.

Como dito, talvez isso possa parecer evidente, natural e a discussão desnecessária. Mas é muito fácil perder isso de vista no meio dos processos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS ESCOLAS FILOSÓFICAS

O presente texto pretende abordar de forma eminentemente prática a questão dos questionamentos e suas respostas. Não se intenciona aprofundar de forma nenhuma nos modos como eminentes filósofos problematizaram tais questões, nem buscar apresentações que, para serem completas teriam que ser demasiadamente extensas, visto que as concepções que surgem filosóficas evoluem com as influências das épocas pelas quais passam e através das contribuições dos pensadores que se sucedem, partindo do restrito âmbito filosófico e literário e adentrando em terrenos como o social, o político, o ético, etc., adquirindo contornos específicos e detalhes de significados que variam. Mas torna-se apropriada e interessante uma rápida menção a alguns campos filosóficos em pertinência que com certeza influenciam o senso comum e de onde emergem muitos dos conceitos com que lidamos nesse texto. Uma passada por algumas escolas serve para espelhar alguns pontos que aqui se defendem.

A respeito dessa abertura filosófica sobre a infinita possibilidade de se lançar dúvidas sobre qualquer base teórica, Freud já dizia que, em sua época, sob influência do impacto da Teoria da Relatividade, ganhava força um possivelmente derivado do anarquismo político, uma forma de pensar que tentava levar o raciocínio científico à auto-anulação, propondo que, em última instância, a verdade não existe. Sendo assim, não importaria que opinião tomamos, pois todas seriam igualmente verdadeiras ou igualmente falsas. Em consonância com o que este presente trabalho defende a respeito da impossibilidade prática de se agir sem um efetivo acolhimento daquilo que será tomado como verdade, Freud prosseguia afirmando que tal teoria anarquista poderia soar como algo superior enquanto fosse considerada apenas num plano abstrato, em terreno prático, desmoronaria, citando os exemplos de que não podemos construir uma ponte tanto de papelão como de pedras ou injetar indistintamente um decagrama ou um centigrama de morfina em pacientes. Alinhando sua visão com o que já expusemos sobre a impossibilidade de permanecermos em um vácuo de opiniões direcionadoras, Freud se refere ao *niilismo* e diz ter a impressão de que esse raciocínio sobre a impossibilidade de escolher-se algo como verdade é uma atitude temporária. Uma vez eliminadas as verdades científicas, algum tipo de misticismo tomar-lhe-ia o lugar. (FREUD, 1932)

Em seu livro *Niilismo*, Rossano Pecoraro nos oferece a construção de uma imagem que bem transmite a sensação que a corrente niilista oferece

(...) a corrosão, a desvalorização, a morte do sentido. A falta de finalidade, de resposta ao “por que”. Os valores tradicionais depreciam-se; princípios e critérios absolutos dissolvem-se (...) a vertigem subverte pensamento e ação (...) tudo é posto radicalmente em discussão. A superfície, antes congelada, das verdades e dos valores tradicionais está despedaçada e torna-se difícil prosseguir no caminho. (PECORARO, 2007, p.7)

A origem etimológica da palavra e seu primeiro registro de uso histórico dizem bastante sobre sua essência. O termo niilismo deriva do latim *nihil*, que significa nada. “As primeiras ocorrências o termo remontam à Revolução Francesa, quando foram definidos como niilistas os grupos que não eram nem a favor nem contra a revolução.” (PECORARO, 2007). Isso é sintomático, pois conforme sugerimos nesse texto, na falta de uma convicção gerada por um questionamento que não chega a uma conclusão, o que resta é a inação, o mesmo que decorreria para o comportamento de um grupo que não seja nem a favor nem contra uma causa, ou seja, este grupo deixaria a ação a cargo dos que chegaram a formar uma opinião sobre o caso.

Se os niilistas russos passam do âmbito filosófico e literário para o plano social e político, tornando-se uma rebelião contra a ordem vigente, questionando os valores da sociedade, valendo-se da ideia base de que tudo pode ser questionado, até mesmo, em última instância, suas propostas de mudanças poderão ser igualmente questionadas e outra oposição teria bases igualmente legítimas para surgir. De fato, até chegando-se ao extremo do anarquismo, com sua negação da licitude de um Estado, com sua rejeição à divisão de classes e ordenação tradicional da sociedade precisam organizar uma proposta que surgirá onde a proposta anterior foi removida.

O niilismo, que se configurou como uma negação de todos os princípios religiosos, políticos e sociais, foi abordado mais tarde por Nietzsche como a falta de convicção em que se encontra o ser humano após a desvalorização de qualquer crença.

Se por um lado temos o dogmatismo, com suas ideias indubitáveis e não sujeitas a correção ou crítica, por outro, surge o ceticismo, se opondo ao dogmatismo, e questionando tudo que lhe é apresentado como verdade. Para isso, o cético pode desenvolver ferramentas, o pensamento crítico, um método empírico ou o método científico como tentativa de comprovar a veracidade de alguma tese. No entanto, reverberando aquilo que foi chamado no início deste texto como um filosofar infinito, se for levado ao seu limite, o ceticismo absoluto acolherá a afirmação de que o homem não consegue atingir a certeza sobre a verdade ou atingir o pleno conhecimento, já que até seus sentidos podem ser enganadores e conduzir a ilusões.

A postura filosófica do relativismo é mais uma que, embora possa ser bem construída e embasada gera complicações práticas. Como agir a partir do acolhimento do conceito de que nenhuma conclusão pode ser tomada como válida num plano geral, ou, que todas as conclusões são válidas num plano particular? Como agir se nenhum ponto de vista tem validade intrínseca, mesmo se apoiado em sólidos argumentos, pois até estes partem de pressupostos cujo valor torna-se inconstante quando levado pelo vento do “relativo”?

Conforme Guitarrari (2016, p.139)

(...) a expressão “relativismo cognitivo reúne uma família de concepções sobre o conhecimento que é marcada pela defesa da tese de que a compreensão ou a justificação ou a verdade acerca de uma unidade de conhecimento é relativa a algum referencial.”

Em tal concepção, mudando o referencial, muda a verdade, chegando-se na abrangência do conceito à noção de que se trata de algo autorrefutante, conforme tese defendida por Putnam em 1981 em *Reason, truth and history*. Guitarrari explica que a primeira acepção do termo autorrefutante usada por Putnam pode ser chamada de formal: “uma 'suposição autorrefutante' é aquela cuja verdade implica a sua falsidade.” (PUTNAM, 1981 apud GUITARRARI, 2016). Isso ocorre com o enunciado “todos os enunciados gerais são falsos”.

Daí pode decorrer uma extensa discussão de rigores filosóficos que, como já mencionado, foge ao escopo deste trabalho. Basta ao nosso objetivo sinalizar como tais considerações sobre o conceito “verdade” e seus desdobramentos em questionamentos cada vez mais profundos (o filosofar infinito) pode conduzir até mesmo a paradoxos. Qual a verdade contida na afirmação do chamado paradoxo do cretense? Tal paradoxo, atribuído ao habitante de Creta chamado Epimênides (cerca de 600 a.C), tem em uma de suas versões a seguinte afirmação: “Todo cretense é mentiroso”. Se todo cretense é mentiroso, o declarante desta afirmação teria dito a verdade, portanto não seria mentiroso. E se ele fosse realmente um cretense mentiroso, tal afirmação seria mentira, portanto os cretenses não seriam todos mentirosos. Voltando ao relativismo e a acusação de que ele seria autorrefutante, tal alegação se refere ao fato de que, se toda visão sobre algo pode estar correta dependendo do ponto de vista, visões contrárias seriam igualmente corretas.

A objetividade é um modo de pensar que busca focar naquilo que é externo ao indivíduo, resultado de observação imparcial, independente das preferências individuais. Isto atribuiria validade ao conhecimento relativo a um objeto. Não querendo presumir que a objetividade possa receber o status de alcançar a verdade absoluta, pode-se ao menos supor que ela alcance um elevado índice de confiança em seus conhecimentos e representações. Aproveitando a concepção de objetividade no campo da ciência, podemos acatar a ideia de que as afirmações são mais inequívocas na medida em que podem ser testadas independentemente de quem as formulou. Daí, chegamos ao conceito de concretude, visto que aquilo que é concreto é melhor observável por todos. E seu valor está intimamente relacionado à possibilidade de ser eficientemente transmitido de uma pessoa a outra, perdendo o mínimo de seu significado no processo de comunicação. Daí chegamos à conceitos como clareza, concisão e mais uma vez, apoio em fundamentação objetiva, em entes mais concretos e reais do que abstratos, na construção das asserções a serem comunicadas.

Nessa busca do que seriam as verdades bem estabelecidas do mundo real, topamos com o empirismo. Segundo Carvalho (2009), o projeto empirista, considerado de modo genérico, consiste em fundar a validade e a objetividade de qualquer conhecimento sobre o mundo, (...) na experiência, a qual se apresenta como uma base sólida, cuja legitimidade estaria fora de questão.

Segundo Karl Popper, filósofo da ciência, a aceitação de teorias, asserções e proposições que constituem o conhecimento confiável estaria condicionada a tais propostas de conhecimento passarem num teste segundo proposições básicas definidas como uma base empírica. A validação da constituição de um conhecimento empírico pressupõe, portanto, a determinação desta base empírica com suas proposições básicas, a partir de onde irá derivar a validade de qualquer outro desdobramento de conhecimento (POPPER, 1934 apud Carvalho, 2009). E aí, mais uma vez confirmando a questão que chamamos de filosofar infinito, surgem dificuldades na base desta proposta: como garantir às proposições que chamaremos de básicas a qualidade de empíricas? Em outras palavras, o conhecimento para ser considerado legitimamente empírico terá que passar pelo teste das proposições básicas empíricas, mas o que garante a legitimidade das bases empíricas? Carvalho traz as considerações de J. F. Fries para esse problema, segundo o qual, caso não pretendamos aceitar as proposições da ciência de modo dogmático, devemos justificá-las. Neste caso, uma proposição para ser justificada necessitaria ser apoiada por outra proposição anterior a ela, e a exigência de que todas as proposições sejam justificadas levaria a um regresso ao infinito. Não aceitando o dogmatismo, em que princípios são oferecidos por imposição, sem justificativa, nem querendo cair no regresso ao infinito de justificativas, nos restaria o psicologismo, em que haveria uma flexibilização do conceito de justificação e uma proposição não precisa necessariamente de outra proposição anterior que a embase, mas pode ser justificada também por experiências perceptivas.

Os epistemologistas que seguem nessa linha teriam de certa forma utilizado os conceitos de Wilhelm Wundt sobre conhecimento imediato e conhecimento mediato e enxergado uma forma de ligação entre eles, mais do que uma separação de instâncias.

Wundt ensinava sobre a existência de dois pontos de vista distintos e complementares de compreensão: a experiência mediata e a experiência imediata. No primeiro, a ênfase recai sobre os objetos da experiência. No segundo, o próprio sujeito da experiência é estudado em sua relação com os conteúdos da experiência que teve. Depreende-se daí os conceitos de mundo externo e mundo interno, ou objetivo e subjetivo.

Mas, retornando ao empirismo, ao trazer a experiência psicológica como justificativa suficiente para as bases empíricas, estes epistemologistas aceitaram o conceito de que devemos reduzir todo o nosso conhecimento mediato em última instância ao conhecimento imediato, já que sem o sujeito não há conhecimento a ser armazenado. Então, proposições empíricas científicas ficam restritas a espelhar nossas experiências sensoriais. Acontece aí outro interessante desdobramento do chamado por nós “filosofar infinito”, pois o empirismo que surge como uma proposta de tornar o conhecimento objetivo ao firmar que o conhecimento verdadeiro

só pode originar-se de experiências, de fatos bem observados e constatados, descartando deduções puramente filosóficas, especulações metafísicas ou dogmas religiosos, vindo inclusive a ser aperfeiçoado e constituir a base das pesquisas científicas, agora, nessa nova perspectiva, vem a ser um desdobramento do subjetivismo. As proposições empíricas mais acuradas, tudo que podemos saber sobre o mundo dos fatos necessariamente passa pelo filtro de nossos sentidos, carregando, portanto, algo de constituição imediata e subjetiva.

Conforme Carvalho extrai de um trabalho de Popper em 1934, *The logic of scientific discover*,

(...) esta é a concepção da tradição empirista do 'new way of ideas', de Locke, Berkeley, Hume e outros, onde ocorre a elevação da percepção sensível e do "sentimento imediato de convicção que ela produz" à categoria de fundamento último e única "fonte de conhecimento" de toda a ciência empírica (Carvalho 2009, p.79)

Esta linha de raciocínio leva o empirismo tradicional ao sensualismo, ao subjetivismo, à considerações sobre o alcance dos poderes da mente e, em última instância, até ao solipsismo, uma concepção filosófica que leva ao extremo a valorização dos estados de percepção interiores em detrimento da possibilidade de se conhecer o mundo objetivo para além deles.

Diante deste quadro de variantes, citamos o pragmatismo como uma alternativa interessante. No fim do século XIX surge o pragmatismo como um pensamento filosófico criado pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935), que considera o valor prático como critério da verdade. Para eles, o sentido de uma idéia reside fundamentalmente no conjunto dos seus desdobramentos práticos. Um seguidor desta filosofia agiria intelectualmente no sentido de buscar o sentido dos fenômenos em seus aspectos úteis, necessários, limitando a especulação aos efeitos práticos, de valor utilitário do pensamento. Nas palavras do próprio William James (1995[1907]):

"o método pragmatista é, antes de tudo, um método de terminar discussões metafísicas que, de outro modo, seriam intermináveis. O mundo é um ou muitos? Livre ou fadado? Material ou espiritual? Essas noções podem ou não trazer bem para o mundo; e as disputas sobre elas são intermináveis. O método pragmático nesse caso é tentar interpretar cada noção identificando as suas respectivas consequências práticas (...) se nenhuma diferença prática puder ser identificada, então as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e a disputa é inútil" (p.18).

Dessa rápida menção de algumas escolas filosóficas percebe-se como o posicionamento diante dos questionamentos possíveis é difícil. Uma reta de possibilidades pode ser traçada de um extremo a outro numa trajetória entre ideias distantes, ou até opostas, e não se ter certeza sobre qual o ponto mais correto a se escolher. Mas uma escolha terá que ser feita.

ALERTA CONTRA “PERDER-SE EM QUESTIONAMENTOS”

Alguns ramos são, por natureza, objetivos e se constituem, a todo momento, como tentativas de traçar metas e agir. Outros são mais vacilantes, menos decididos, não por demérito, mas antes por se moldarem pela natureza mais incerta, ou até abstrata, do seu objeto de estudo. Mas todos, em um momento ou em outro, podem se confundir num novelo de questionamentos e perder de vista a necessidade de se selecionar as melhores respostas, podem ter a impressão de que o empenho de formular e manipular as diversas perguntas já constitua em si todo o trabalho.

Os ramos de atividades práticas por natureza acabam, mais cedo ou mais tarde, chamando de volta à objetividade. Estas atividades apresentam parâmetros de atuação e evidências de produtividade que saltam aos olhos. As medições e os índices indicam se está havendo progresso, os cronogramas alertam contra a demora excessiva e assim o indivíduo percebe se está ou não lidando bem com as respostas que escolheu como guias. Já os ramos de atividades de natureza menos concreta e mais voláteis enfrentam risco muito maior de falta de objetividade. Ainda que a natureza de seus objetos pode ser descrita como menos objetiva, tais ramos devem possuir compromisso com a produção de resultados, ou seja, são atividades que não podem prescindir de objetividade. Se estamos falando de atividades de atuação humana profissional, por menos concretos que sejam seus objetos de interesse, elas ainda precisam apresentar resultados e se mostrar como algo razoável se consideradas dentro de uma estrutura de custos, benefícios e prazos.

Nestas considerações que, se expandidas, tocam os conceitos de *hard science* e *soft science*, que podem ser estendidas para quaisquer atividades mais e menos concretas, a problemática do foco nas perguntas ou nas respostas se mostra mais clara. É muito fácil o indivíduo que atua em atividade menos concreta, multifacetada, multiconceitual, imprecisa, abstrata, etc., se perder em meio aos diversos questionamentos e deixar que aquilo que deveria ser o estágio inicial de investigação vá se estendendo sobre os estágios de planejamento e ação, se misturando com eles, desestruturando todo o processo. Se este modo de tratar a situação for instalado, inadvertidamente permitindo o descompromisso com o estabelecimento de respostas ou distração com a formulação prolixa de questões, o processo pode se tornar caótico e sair do controle de quem o implementa. Nesse caso, as perguntas irão sendo formuladas profusamente, suas respostas não serão devidamente firmadas, não serão bem definidos estágios a serem alcançados em sequência, as indagações não serão classificadas conforme suas naturezas, os questionamentos não serão ordenados por critérios de relevância ou urgência. Enfim, não se chegará às respostas mais importantes e o processo se configurará como algo confuso e ineficiente.

O risco de falhas do tipo citado acima incide de forma mais clara sobre as atividades de menor concretude, mas ameaça também as atividades bem concretas. Um engenheiro projetista ou um arquiteto pode oscilar entre os princípios que irão nortear seu trabalho, um administrador pode alternar entre estratégias a implementar em sua empresa, um médico pode vaguear entre uma medida e outra de prioridade na hora de tratar um paciente com múltiplas demandas de tratamento. Enfim, o indivíduo ao lidar com uma atividade de vários aspectos, corre o risco de se perder saltando de uma pergunta a outra, numa sucessão sem fim, sem definir bem o caminho que precisa trilhar, ou iniciar uma ação e logo interrompê-la, assaltado por novas perguntas, voltar à estaca zero, perdendo parte do que havia iniciado, pode começar a seguir numa direção e mudar para outra, principiar a atuação numa frente de trabalho e alternar para outra, sem coordenação ou sequência... e fazer tudo isso sem se dar conta exata da rota caótica que está seguindo, tendo apenas a sensação de que está trabalhando muito. De fato está trabalhando, mexendo e remexendo o problema, mas sem eficiência.

Quando se fala em se perder em meio a uma sucessão de perguntas sem a organização das respostas, inclui-se também questões de mesma natureza como a alternância confusa de respostas dissonantes, a falta de escolha de prioridades, a sensação equivocada de que se deve tentar tudo que estiver ao alcance em lugar de se excluir as idéias que parecem piores, a alternância entre caminhos que não se completam, mas interferem entre si.

Enfim, o presente trabalho pretende destacar a grande importância da objetividade como constituinte do modo de pensar do indivíduo que se determina a uma atuação eficiente, no alcance de metas. Certas áreas lidam mais com o embaraço e fator dificultante do abstrato, do intocável, do dificilmente mensurável, do duvidoso, do subjetivismo, mas mesmo nestas áreas, a objetividade é impulsionadora da eficiência. Nas áreas mais precisas, requer-se atenção e organização constante para não se afastar dessa objetividade. Já nas áreas menos precisas,

necessita-se de esforço redobrado para se vincular a atividade a esta objetividade tanto quanto for possível. E esta objetividade requer a constante escolha das melhores respostas para as relevantes perguntas que surgirem. Começa com as respostas referentes à situação que se encontra inicialmente (análise e diagnóstico), segue com as respostas sobre os objetivos em que se deve mirar, passa pelas respostas sobre os meios e caminhos a se utilizar e finaliza com as respostas que constituem o acompanhamento e monitoração dos resultados que vão sendo obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto pode ser resumido na sua forma mais simples à seguinte construção: para que haja ação é preciso chegar a uma resposta para a pergunta que sugere o problema. Como o filosofar é um exercício infinito, é necessário em certo momento adotar a resposta que parece melhor, mesmo sem a garantia de se estar adotando a verdade absoluta.

Para nosso intuito de se chegar a uma conclusão prática, o fato é que, ainda que de alguma forma, se possam defender os múltiplos pontos de vista que levam a várias possibilidades de definição do que é a verdade, o certo e o desejável, quando isso se coloca no contexto de um projeto a ser levado a cabo, de uma atividade que intenta-se realizar, o sujeito que pretende ser ator ou realizador neste contexto tem que escolher a sua verdade e à partir dela agir. Corroborando tal visão, podemos ver como são variados e até oponentes os sistemas filosóficos. Os questionamentos se mostram legítimos, mas podem conduzir de um ponto a outro muito distantes dentro de uma tentativa de entendimento da realidade.

Estas discussões, levadas a um nível profundo nos círculos acadêmico-filosóficos, são praticadas também quotidianamente em nível popular. Na tentativa de se firmar o que é mais valoroso para o entendimento da realidade e como forma de julgarmos o valor das informações que chegam até nós, usamos termos como objetivo, subjetivo, pragmático, realista, concreto, abstrato. Tanto em nível popular como filosófico, tais valores escapam de uma certeza ou de um consenso, mas é neste mundo que temos que operar. Linhas contínuas e intrincadas unem um mar de teorias, hipóteses, asserções e proposições. É preciso se posicionar em algum ponto ao longo das retas do questionar infinito da filosofia. No fim, não se terá uma certeza, mas há que se ter uma convicção. Uma convicção que deve ser inabalável até que o devir, esse permanente fluxo de fatos e ideias, a dissolva e sugira a construção de outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. **Empirismo e objetividade. Considerações sobre o conceito de experiência e a crítica de Popper ao Positivismo.** *Revista Páginas de Filosofia*, 1(1), 74-105, UFSP São Paulo 2009. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/view/867/960>> Acesso em: 9 set 2016

FREUD, S. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos** *Freud on line* v. 22, 1933 [1932]
Disponível em <<http://www.freudonline.com.br/category/livros/volume-22/>> Acesso em 20 ago 2016

GUITARRARI, R. **O Relativismo Cognitivo é Autorrefutante?** *Trans/Form/Ação*, 39(1), 139-158. Marília 2016. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732016000100008>> Acesso em 6 set 2016

JAMES, W. **Pragmatism.** Dover Publications , Toronto 1995. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Lv_16SCEzHkC&oi=fnd&pg=PA1&dq=what+pragmatism+means+William+James&ots=BJO1-

fbYPJ&sig=OZwalTZXOjbLt0sa2cKHrEY2tjo#v=onepage&q=what%20pragmatism%20means%20William%20James&f=false> Acesso em 9 set 2016

PECORARO, R. **Niilismo**. *Filosofia passo a passo*, v.77, Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro 2007. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=elgG-3-yP-AC&printsec=frontcover&dq=rossano+pecoraro+niilismo&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=rossano%20pecoraro%20niilismo&f=false> Acesso em 6 set 2016